



## A CPLP na Sociedade do Conhecimento

**Patrisia Ciancio**

**Universidade Fernando Pessoa (UFP)**

### Resumo

A demanda por uma infra-estrutura *online* tem sido pensada pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que registra preocupação com sua entrada na sociedade do conhecimento nas atas das reuniões de chefes de Estado, e seus desdobramentos, ocorridas a cada dois anos. No entanto, faltam projetos concretos a esta proposta.

O enquadramento teórico da pesquisa que se apresenta está no terreno flutuante da Lusofonia, que em sua descontinuidade territorial e fragmentação se projeta em alternativas “tecnoculturais”. As missões colonizadoras pontilharam um trajeto invisível. Esfera que, de algum modo, persiste e pode ser restaurada na criação de comunidades virtuais com uso de novas tecnologias para refazer este percurso, agora em concepção inversa, que privilegia o mosaico cultural dos povos. Um círculo virtual que pede por ser também virtuoso.

O objetivo é delimitar bases para uma proposta prática de criação de novos canais de interação. Para alcançar tais constatações, a metodologia empregada foi uma análise documental que verifica os debates ao redor da comunicação ao longo de dez anos (1996 a 2006) na CPLP.

Primeiramente, foi feita a leitura de 64 documentos resultantes das reuniões de chefes de Estado da CPLP, que constam em [www.cplp.org](http://www.cplp.org). Deste volume, foram escolhidos 18 documentos de maior afinidade com o tema da pesquisa. O conteúdo passou por uma análise quantitativa e qualitativa. Um diagrama de expressões que verificou a incidência de palavras-chave (20) nos textos dos encontros. E posterior interpretação de dados obtidos. Os resultados foram a indicação de que a CPLP, órgão de maior representatividade da Lusofonia, não apresenta um plano de ação para entrar na sociedade do conhecimento. Ainda está em fase de identificação de necessidades, o que pode retardar esse processo de maneira irreversível se não investir em uma linguagem modernizante e de integração da diversidade.

Palavras-chave: CPLP, comunicação, sociedade do conhecimento, povos, cultura, lusofonia e digital.

#### Abstract

In the following research you will find a project that emphasizes the gap in digital environment inside the "Lusofonia". According to this proposal, the cultural echoes in this field should be shared through the web society among universal links that are embraced by historical process which have started during the "Discoveries". By using new technologies, we can experience new feelings and reconcile our directions.

Perhaps, it may sounds strange to talk about information and education in areas where poverty takes place. However, this proposal believes that these instruments can help to invert the face of misery in a special self-sustainable way. It highlights in the cultural factor, the society recognition of the necessity of preservation and dissemination of tradition that probably will disappear among economic project implementations. The proposal of "The Digital Lusofonia", in the dimension of Digital Culture is not only to offer new tolls by the already tired expression "knowledge society", but a possibility of awake people to new projects of life. This study observes the importance that CPLP has given to the topics mentioned during ten years of existence (1996 – 2006) in terms of communication, new channels, social inclusion, education etc.

While an efficient, based on education values, and pragmatic communication plan not yet exist, many ideas and initiatives are created, but they generally do not become concrete. Consequently, "Lusofonia", in the real plan, is an accumulation of theories restricted to thoughts of a social group, and it remains frozen. Therefore, it can not breed until it is put in action.

*"Nossa tecnologia passou à frente de nosso entendimento, e a nossa inteligência desenvolveu-se mais do que a nossa sabedoria". (Roger Revelle)*

A lusofonia<sup>1</sup> reside na coexistência de dois tempos: (1) no anacronismo separatista de um passado colonial que coloca todos os países e as regiões tocadas pelos Descobrimentos sob o mesmo teto da história, mas os diverge em seu presente existencial; (2) na pós-modernidade da urgência de sua inserção em uma conjuntura global de informação, o que se bem desenvolvida (ou desenvolvida para o bem) pode contribuir no âmbito da educação e democratização dos meios.

---

<sup>1</sup> “Lusofonia é o conjunto de identidades culturais existentes em países, regiões, estados ou cidades falantes da língua portuguesa como Angola, Brasil, Cabo Verde, Galiza, Guiné-Bissau, Macau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e por diversas pessoas e comunidades em todo o mundo”. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Lusofonia>. [Em linha]. [Consultado em maio de 2009]. “O conceito de Lusofonia repousa sobre o significado dos dois elementos que formam a palavra que o exprime: Luso equivalente à lusitano ou Lusitânia, o mesmo é dizer português, Portugal. Quanto à fonia, significa o mesmo que fala, língua. Vem do verbo grego foneo, falar. O conceito de Lusofonia é, porém, em relação ao seu uso, mais amplo e denso do que o simples conceito lingüístico”. (Dicionário Temático da Lusofonia, 2006: 652).

Em outra esfera de análise, intemporal, valendo-se do pensamento do escritor Mia Couto<sup>2</sup>, cada povo deve ter condições para desenvolver sua própria lusofonia e a que pode se classificar como lusofonia transnacional deve ser tratada de modo que não coíba as demais, ao contrário, que as apóie. Um movimento de restauração do papel da lusofonia passa pela remodelação de mentalidade, por propostas de reconhecimento da diversidade e pelo respeito aos valores autóctones. Enquanto a economia e a política seguem um perfil cada vez mais padronizado com o sufocar das utopias e esgotamento de modelos, a cultura faz o caminho inverso – valoriza o que há de diferente, o que pode ser entrecruzado, e abre caminho para novas leituras e visões de mundo. A lusofonia, em sua crise de identidades e fronteiras, cria em seu terreno flutuante uma alternativa de projetar universos no plano digital. Munida de uma forte vertente cultural, tendo membros capazes de promover alguma transferência tecnológica aos que não têm infra-estrutura em seu bloco, um caminho virtual para a lusofonia pode realizar a transição de espaços já não-fronteiriços em espaços de sociabilidade.

Um exemplo das manifestações deste pulsar é a blogosfera lusófona, que demonstra a real necessidade de canais de comunicação que aprimorem o diálogo e as oportunidades dos encontros dos povos, o que acarreta também autoconhecimento. Assim, o incentivo à criação de uma cultura digital no âmbito da lusofonia pode fomentar a produção local de informação e conhecimento verdadeiro das realidades regionais através do jornalismo cidadão e de outros meios interativos. No entanto, não há projeto concreto para esta transposição dos mares: do real ao digital. Busca realizada no site *Thecnorati*, de registro de blogues, constata o número de novos canais de interação e fontes de informação criados

---

<sup>2</sup> “Os países africanos estão ainda construindo a sua própria lusofonia. Queremos que essa agenda nacional seja respeitada, e que outros programas se articulem em harmonia com esta construção interna. Todos sabemos que este edifício da lusofonia dentro dos nossos países é um assunto extremamente sensível exactamente porque tem a ver com a construção das nossas próprias identidades nacionais. (...) Podemos cuidar que a lusofonia supranacional se desenhe sem atropelar essas agendas nacionais. Isso implica a existência de um fórum de consulta permanente para a definição e avaliação da programação das nossas estações comuns. Deve ser dito que somos todos vítimas da mesma lógica de governação que coloca a prioridade nos assuntos económicos e relega para mais tarde as questões culturais e linguísticas. Deve ser dito ainda que, muitas vezes, falta nas nossas políticas domésticas coragem para defender interesses nacionais e não apenas conveniências políticas de ocasião”. Mia Couto. Disponível em <http://www.jornalnoticias.co.mz/pls/notimz2/berwsea0.simples>. [Em linha]. [Consultado em Março de 2008].

pela sociedade civil lusófona, servindo de pequena amostra da força de expressão dos povos, mesmo que ainda infoexcluídos. A tabela a seguir aponta os resultados da pesquisa por palavra no referido veículo.

---

**Fonte: Thecnorati: <http://technorati.com>**

**(consultado em fevereiro de 2008)**

---

Blogues: Lusofonia (21) lusófono (1)

Posts: Lusofonia (682) lusófono (405)

---

Angola: 332 blogs

Brasil: 7.341 blogues e Brazil (3.213) = 10554 total

Cabo Verde: 95 blogues e Cape Verde (55) = 150 total

Guiné-Bissau: 12 blogs

Moçambique: 90 blogues e Mozambique (219) = 309 total

Portugal: 3.513 blogues

São Tomé e Príncipe: 2 blogues

Timor Leste: 65 e Timor Lorosae (6) = 71 total

---

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), entidade máxima representativa da lusofonia, ainda se encontra em uma fase de identificação de necessidades de atuação no campo comunicacional, sobretudo no que diz respeito às Tecnologias de Informação. Análise documental feita para esta pesquisa exhibe a carência de um plano de comunicação que possa fazer surgir uma verdadeira comunidade lusófona, e sugere que, enquanto o cidadão lusófono não se concretiza no papel, esse conceito<sup>3</sup> seja criado e disseminado em comunidades virtuais, com abertura de novos canais de diálogo para que a produção de

---

<sup>3</sup> A “Cidadania Lusófona” seria semelhante à européia. Serão cidadãos lusófonos todos os indivíduos que tenham a cidadania de primeiro grau de qualquer um dos oito Estados da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). A CL pode reforçar a mobilidade dos indivíduos nesse espaço. No entanto, não existe ainda um estatuto jurídico do cidadão lusófono de alcance multilateral. O que existe são trabalhos preparatórios em resultado de colóquios, negociações diplomáticas, mas, sobretudo, concretizações parcelares desta idéia: a cidadania luso-brasileira, o estatuto de cidadão lusófono, um conjunto de cinco acordos internacionais em matéria de vistos de entrada e controles fronteiriços, todos assinados em Brasília em 2002 para facilitar a mobilidade no âmbito da CPLP. (Cfr. por todos *Estatuto Jurídico da Lusofonia*, 2002; um artigo síntese pode também ver-se em *Dicionário Temático da Lusofonia*, 2006: 166).

conhecimento realmente condizente às realidades dos povos possa circular livremente e gerar visões mais fundamentadas e menos dependentes do olhar do estrangeiro. Desta forma também inaugura-se uma nova relação com o passado histórico.

*Como consta na Wikipédia, uma comunidade virtual “é uma comunidade que estabelece relações num espaço virtual através de meios de comunicação à distância. Se caracteriza pela aglutinação de um grupo de indivíduos com interesses comuns que trocam experiências e informações no ambiente virtual. Um dos principais fatores que potencializam a criação de comunidades virtuais é a dispersão geográfica dos membros. O uso das Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs minimizam as dificuldades relacionadas a tempo e espaço, promovendo o compartilhamento de informações e a criação de conhecimento coletivo”<sup>4</sup>.*

Em paralelo, Joaquim Conceição chama a atenção para a diversidade de condições existente entre os diferentes membros da CPLP quando interpela:

*“Como ver o espaço cultural e comunicacional lusófono neste mundo cada vez mais globalizado? [...] Para o caso do nosso espaço ou área cultural e comunicacional seria uma modernidade que significa também exclusão e acirramento das questões históricas, vividas como pertencentes a dois mundos: o Mundo gigantesco de Brasil e Portugal como pólos de tecnologia e o mundo da massa carente, dos despossuídos, como o são os restantes membros da comunidade” (2006: 139 - 140).*

A resposta para a indagação acima seria: aproveitar o potencial virtual dos mecanismos de comunicação da globalização e a necessidade do uso desta ferramenta por parte da comunidade lusófona para investir em projetos práticos de oferta de informação e serviços,

---

<sup>4</sup> Wikipédia. Disponível em [http://pt.wikipedia.org/wiki/Comunidade\\_virtual](http://pt.wikipedia.org/wiki/Comunidade_virtual). [Em linha]. [Consultada em 30-11-2007].

gratuitamente. Ações que podem reduzir gradativamente o isolamento que se cria entre os próprios membros e destes para com o resto do mundo, de maneira relativa.

Algumas visões acerca de cultura e tecnologia, como as de Diop e Castells, em séculos distintos, podem se complementar mostrando que a correlação perpassa o tempo. A “nova” experiência de hoje é a rede global e, com base em seus contornos já bem delineados, é possível medir os impactos na cultura que se forma com as transmissões de vivência desta época. Processo atualmente acelerado cada vez mais pela renovação quase que em tempo real da modernidade.

*“La nueva economía es una economía global en la que el éxito de una nación depende de su capacidad para constituirse en un modo atractivo para las redes globales de capital y personas. [...] La nueva sociedad es basada en multiculturalismo y multiétnico. El multiculturalismo es una rica fuente de crecimiento económico y cultural”* (Castells, 2002: 179 e 181).

*“À chaque révolution, la question que se pose est de la culture nouvelle, apportée par la classe révolutionnaire (...) Une culture se développe en se transfusant les acquisitions nouvelles de l’expérience nouvelle. Elle se féconde au souffle de la science et de la technique.”* (Diop, 1958: 176 - 178).

O aproveitamento do dado cultural nos domínios da lusofonia ressalta o importante papel da comunicação neste processo de valorização, registro e reconhecimento das atividades humanas em suas múltiplas faces. Por isso, o conjunto de gráficos a seguir apresentado mostra algumas das principais temáticas no contexto dos debates promovidos pela CPLP, no quesito “comunicação”, ao longo de dez anos – e o abismo que existe entre elas. O estudo agora apresentado teve uma trajetória de execução que começou com a leitura pormenorizada de 64 documentos disponibilizados no site da CPLP ([www.cplp.org](http://www.cplp.org)), resultantes das reuniões de Chefes de Estado e seus desdobramentos, que ocorrem a cada

dois anos, desde 1996 até 2006 (sendo 2008 o ano da próxima). Na segunda etapa do processo, foi feita uma triagem segundo temas afins com a abordagem do estudo empreendido, na qual 18 documentos foram considerados relevantes por remeterem a questões e problemas relacionados com os canais de comunicação entre os povos da CPLP no âmbito da sociedade do conhecimento<sup>5</sup>. Estes documentos foram analisados mais aprofundadamente tendo em vista a produção de uma interpretação quantitativa e qualitativa. Por conseguinte, foi por meio da observação dos índices de evolução das diferentes temáticas que pudemos fazer salientar a maior ou menor relevância dos assuntos tratados nos documentos. Para a execução dos gráficos foram escolhidas 20 palavras-chave para servirem de diagnóstico. A idéia é verificar a repetição destes vocábulos em cada documento e assim constatar a existência ou não de definição de políticas concertadas e orientadas para a consecução de determinados fins e, por outro lado, procura-se a construção de uma linha de pensamento analítica de base político-científica. Foram elaborados para este fim 20 gráficos que têm como ponto de partida a taxa de incidência de cada palavra-chave no conjunto dos documentos seriados.

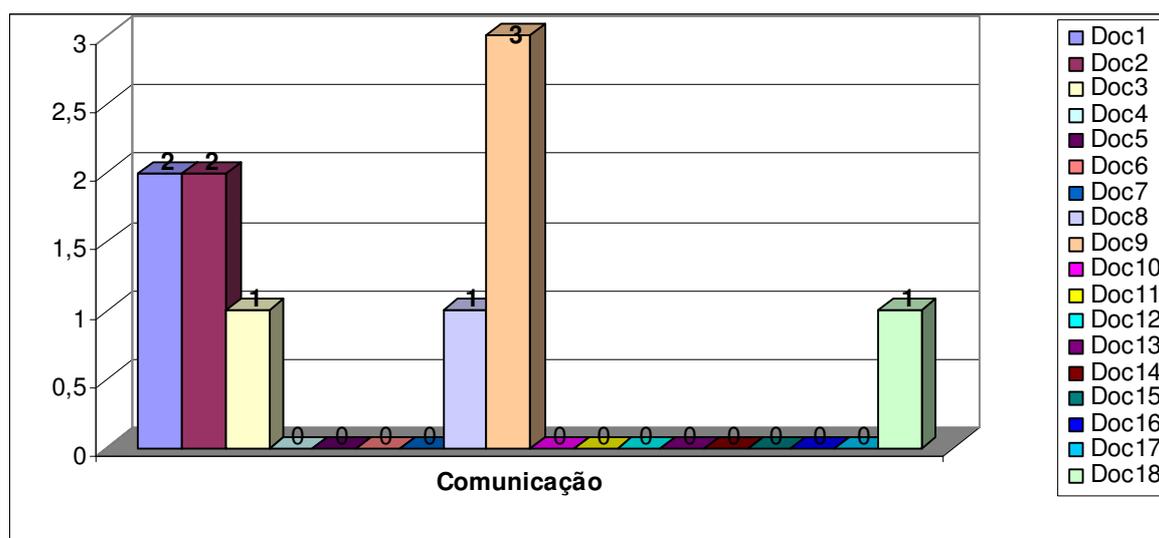
As 20 palavras-chave escolhidas para construir os gráficos foram: “comunicação”, “povos”, “países”, “cultura/cultural”, “internet”, “digital”, “educação”, “informação”, “tecnologia”, “transparência”, “cooperação”, “comunidade”, “rede”, “regional”, “diversidade”, “multilateral”, “bilateral”, “cidadania”, “transferência” e “inclusão”. Os vocábulos foram inicialmente identificados nas fontes e numa fase ulterior considerados de maneira a serem objeto de contraponto de idéias e agrupamentos semânticos de forma a relatar a importância que a CPLP confere à sua entrada na sociedade da informação mais ativamente. E assim

---

<sup>5</sup> De acordo com a Wikipédia, “a Sociedade da Informação (ou do conhecimento) é uma nova Era, na qual as transmissões de dados são de baixo custo e as tecnologias de armazenamento são amplamente utilizadas, em que a informação flui a velocidades e em quantidades, antes inimagináveis, assumindo valores políticos, religiosos, sociais, antropológicos, econômicos etc. A sociedade da informação é a consequência da explosão informacional, caracterizada sobretudo pela aceleração dos processos de produção e de disseminação da informação e do conhecimento. Esta sociedade caracteriza-se pelo elevado número de atividades produtivas que dependem da gestão de fluxos informacionais, aliado ao uso intenso das novas tecnologias de informação e comunicação. Culturas e identidades coletivas são uma consequência dessa nova era. Surge como o um novo modo de evitar a exclusão social e para dar oportunidades aos menos favorecidos”. Wikipédia. Disponível em [http://pt.wikipedia.org/wiki/Sociedade\\_da\\_informa%C3%A7%C3%A3o](http://pt.wikipedia.org/wiki/Sociedade_da_informa%C3%A7%C3%A3o). [Em linha]. [Consultada em 30-11-2007].

também foi feita uma abordagem de como a comunicação tem sido tratada pelo organismo ao longo de uma década (1996–2006). O conjunto de documentos analisados mostra que existe uma sensibilização para assuntos relacionados com a Internet, que tendem a ganhar força, mostrando que há um acompanhamento do *devoir* por parte da CPLP. Mas são, ao que tudo indica, identificações sem propostas concretas. Pode-se considerar um começo e uma tendência, mas ainda muito tímidos.

Começemos então por uma abordagem ao conjunto das palavras-chave seriadas<sup>6</sup>:

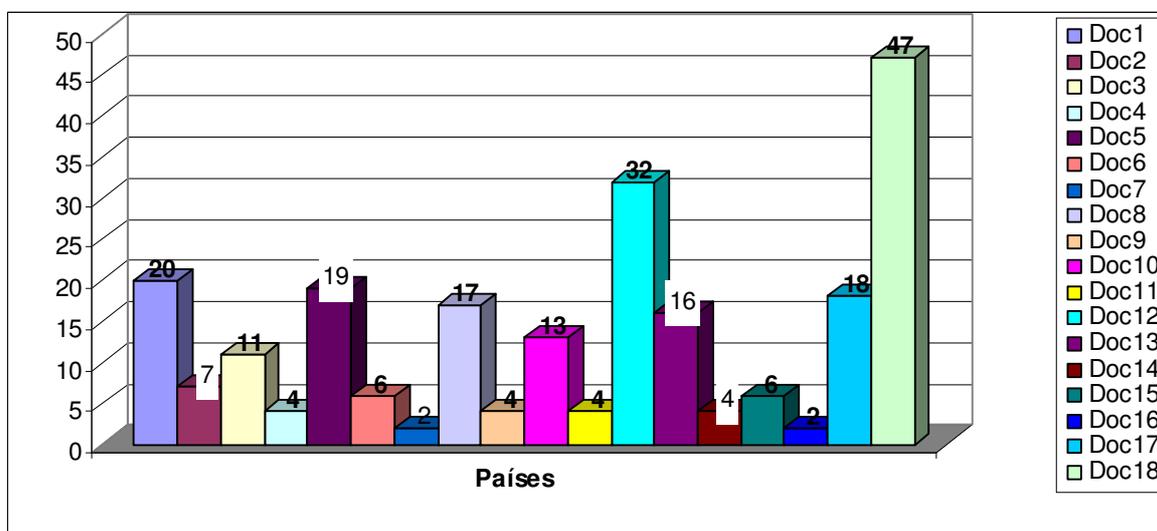
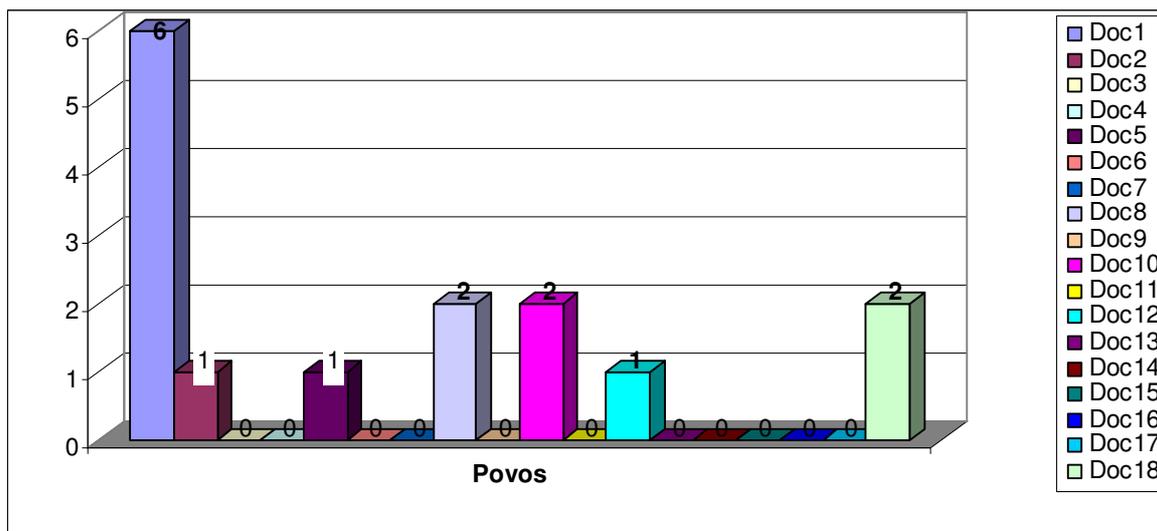


**Gráfico I – Comunicação**

O termo Comunicação, que deveria ser uma das preocupações centrais para êxito do diálogo, interação, autoconhecimento e entrecruzamento dos povos, aparece em seis dos 18 documentos, como aponta o gráfico. O Doc1 cita o papel da língua portuguesa como instrumento de comunicação e intérprete de interesses em comum, bem como aproveitamento dos mídia para divulgação do idioma e intercâmbio cultural. No Doc2, a comunicação surge em um dos artigos como área para incremento e também referenciando “comunicação escrita”. No Doc3, o termo consta na lista de contribuição da CPLP na mesa redonda de urgências para Guiné-Bissau, ao lado do conceito de Cultura. No Doc8 o termo aponta a necessidade de elaborar políticas de informação nos países membros para melhor

<sup>6</sup> Cfr. legenda na página 17. A legenda é comum a todos os gráficos apresentados e remete para os documentos analisados.

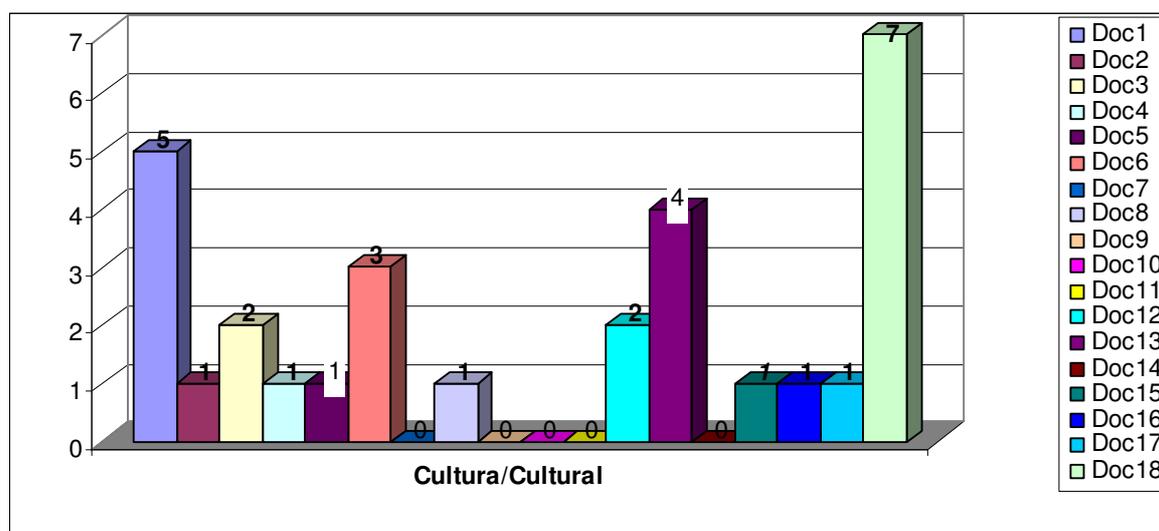
aproveitamento dos meios. O Doc9 é o que apresenta maior número de vezes citado, até mesmo porque a temática tem maior afinidade: *Declaração sobre o Governo Eletrônico* (2002), sendo a utilização da comunicação um instrumento para promoção das políticas governamentais e incremento da cooperação. Por fim, saltando oito documentos de ocorrência zero do termo, aparece no último Doc18 uma vez aludindo ao papel das Tecnologias de Informação e Comunicação na erradicação da pobreza.



**Gráficos II e III – Povos e Países**

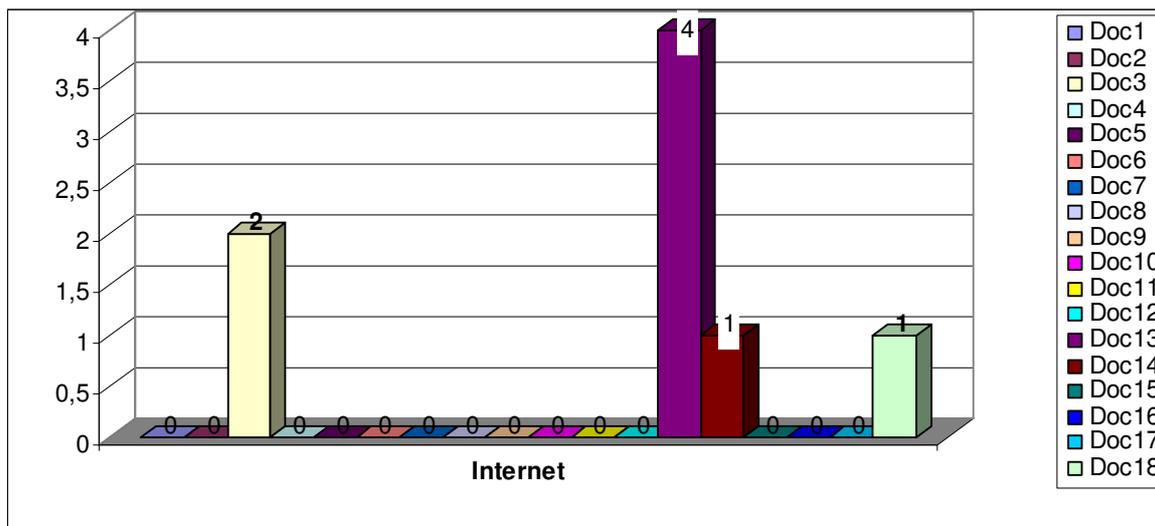
Consideramos oportuno proceder a um contraponto entre os dois termos acima representados graficamente: Povos e Países. A maioria das vezes que o termo Países é

mencionado é para referenciar a sigla CPLP. No contexto em que a CPLP se insere, de ser uma das responsáveis pelo encontro de culturas do bloco lusófono, deveria contemplar com mais frequência as questões dos povos, se preocupada com a diversidade. Deste ponto de vista, a CPLP ressaltando as necessidades (diversidade) dos povos estaria promovendo a respectiva integração. De outro lado, ao criar projetos com esta perspectiva, ou tendo-a como premissa básica, promoveria a aproximação entre eles. Pelo contrário, acaba se posicionando de maneira excludente, apesar do seu papel também nos pilares da concertação político-diplomática e no âmbito mais alargado da cooperação.



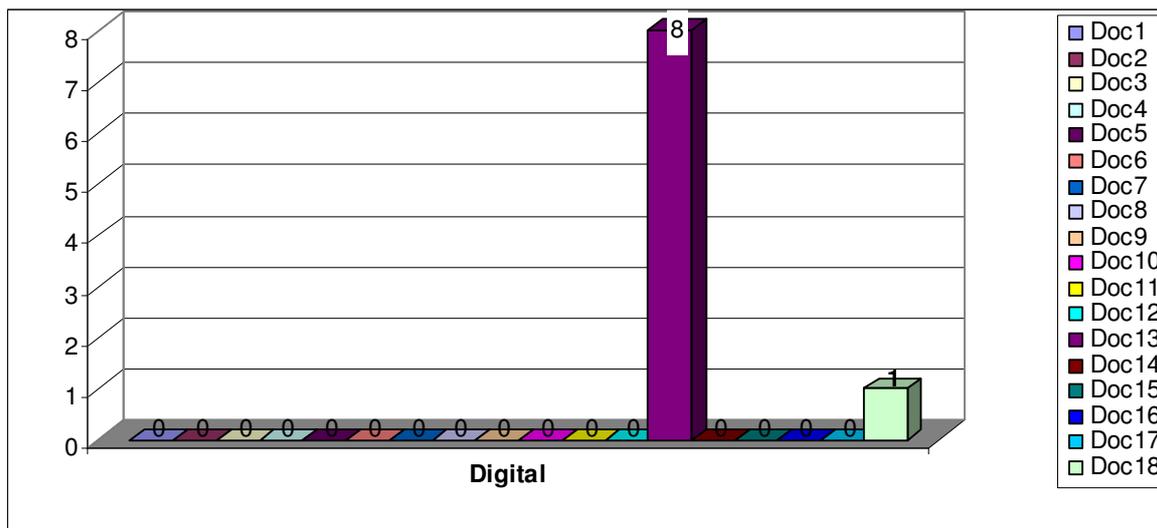
**Gráfico IV – Cultura/Cultural**

Tendo na sua concepção como principal pilar a Língua Portuguesa, o termo *Cultura/Cultural*, estranhamente, aparece escassas vezes, sendo no Doc18 (*Declaração de Bissau: Bissau, 2006*) o de maior número, aproximando-se da quantidade de vezes que aparece no Doc1, *Declaração Constitutiva da CPLP*. Assim sendo, o volume de ocorrências mostra uma certa retoma da temática, mas não propriamente um avanço. No decorrer dos anos, aparece no Doc13 (documento sobre sociedade da informação) com mais destaque, impulsionado pelas possibilidades no campo da Internet.



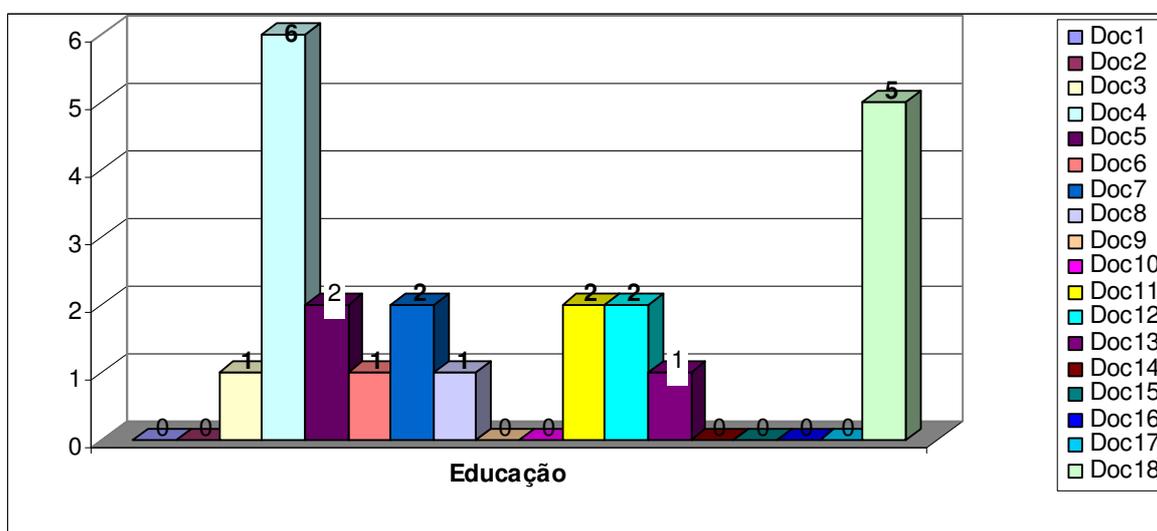
**Gráfico V – Internet**

O termo Internet teve um emprego inicial no Doc3, datado de 1999, mas muito incipiente. No contexto geral, o ano foi também um período de *boom* da Internet de maneira mais amadurecida como ferramenta de negócios e de comunicação. No caso do Doc3, o uso do termo Internet conta apenas como preocupação de empregar o site da CPLP como meio de troca de informação entre os pontos focais. Depois disso, dentro do escopo dos documentos analisados, dá-se um salto para 2004, no Doc13 (sobre sociedade da informação), referenciado como contribuição para a transparência dos governos. Neste texto o termo Internet é usado para tratar: da necessidade de redução do hiato digital, governação transparente e democrática da Internet (menciona o emprego do *software* livre), acompanhamento da presença da língua portuguesa na Internet, solidariedade digital e financiamento de projetos. No Doc14 de 2004, aparece pela primeira vez a preocupação da criação de conteúdos em língua portuguesa para páginas de algumas instituições afins e no Doc18 de 2006 o termo volta a ser citado apenas uma vez como mecanismo de difusão do idioma e instrumento de políticas públicas. Verifica-se que a CPLP tem identificado necessidades em torno do meio digital, mas não vislumbra nenhum projeto prático e abrangente que possa criar uma grande rede lusófona. Não apresenta uma visão estratégica da ferramenta Internet, apenas pontual, mais uma vez. Não sugere nada em concreto, não se refere à tomada de medidas, à criação de iniciativas comuns, apenas dá indicações de que está interessada e ciente de que “é preciso” aproveitar as potencialidades do meio.



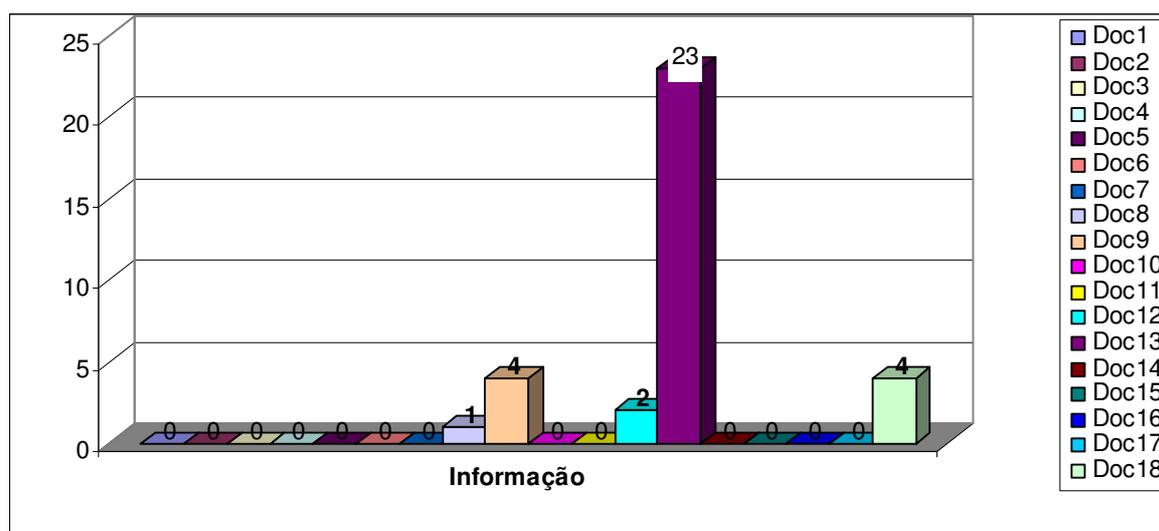
**Gráfico VI - Digital**

O termo Digital surge, entre os documentos avaliados, pela primeira vez no Doc13 (2004), que fala especificamente sobre sociedade da informação, citado em referência aos aspectos “inclusão”, “hiato”, “solidariedade”, “capacitação” e “fosso digital”. Depois, o termo só é retomado no Doc18 (2006), no qual aborda a adoção de políticas públicas para redução do hiato digital.



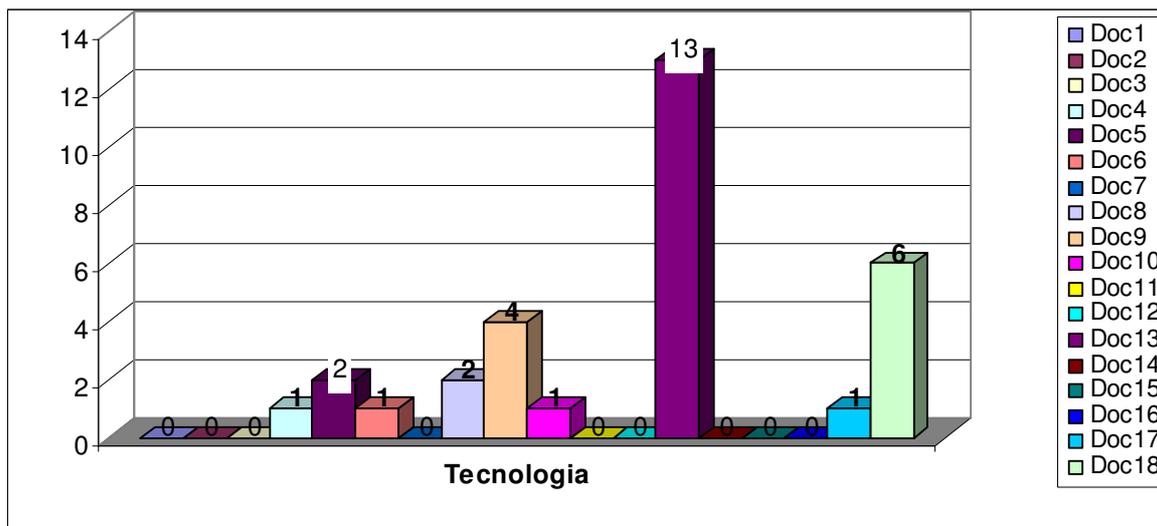
**Gráfico VII - Educação**

O termo Educação é aquele que surpreendentemente está ausente na *Declaração Constitutiva da CPLP*. Aparece de maneira mais marcante no Doc4, citado em questões de Educação e língua portuguesa, reunião de ministros (da educação), cursos técnicos e necessidade de estatísticas no âmbito da educação. Depois, nos demais documentos surge esporadicamente, sendo retomado apenas no Doc18 associado a cursos técnicos e técnico-profissionais, conferência de ministros (da educação), necessidade de investimento no setor e educação no combate ao HIV (Sida).



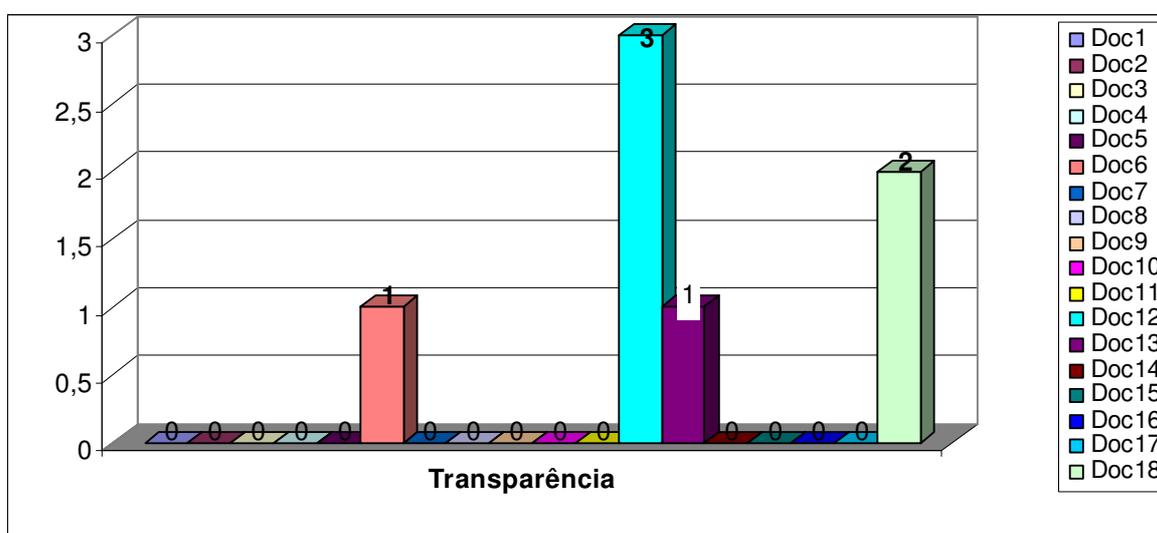
**Gráfico VIII – Informação**

Informação é um termo que aparece 23 vezes no Doc13 (sobre sociedade da informação). No documento, o termo apresenta índices distribuídos por Sociedade da Informação (15 vezes) e Tecnologias da Informação (8 vezes). No Doc18, no entanto, aparece a expressão *partilha da informação* (1 vez apenas), que é um dos pontos centrais para a cultura digital da lusofonia.



**Gráfico IX – Tecnologia**

A Tecnologia na maioria dos termos citada aparece para referenciar tecnologias da informação, com maior incidência no Doc13, que remete inclusivamente para Sociedade da Informação.



**Gráfico X - Transparência**

O termo Transferência aparece no Doc12 associado ao de boa governação em todas as ocorrências, e no Doc18 o termo ganha nova roupagem com boa gestão (de governação passa a gestão, uma evolução qualitativa!).

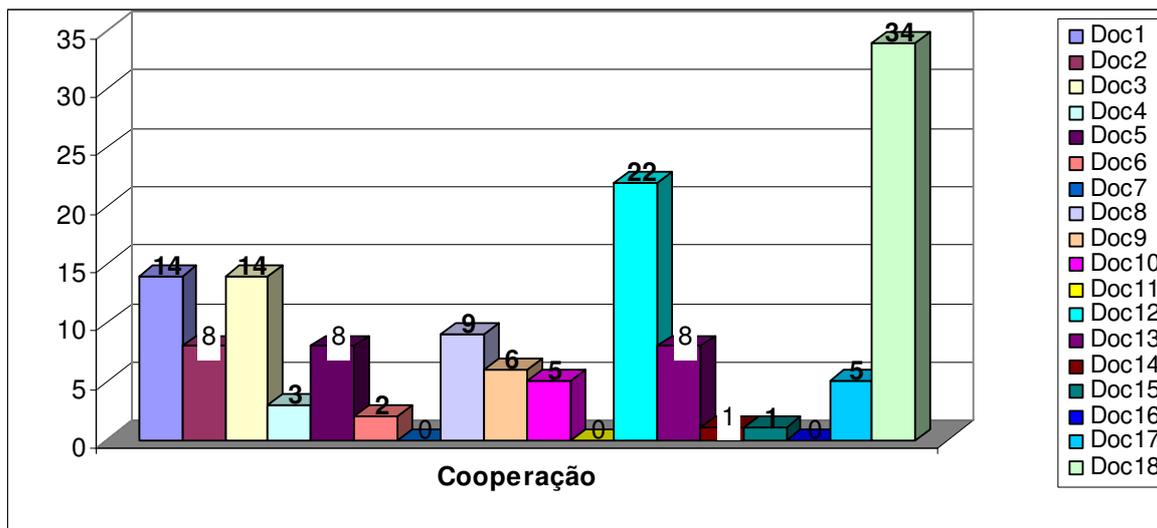


Gráfico XI – Cooperação

O vocábulo Cooperação é o que aparece com mais freqüência, sendo mais incidente nos documentos 1, 3, 12 e 18, tendo como referências Doc1 (coop.e concertação, coop. internacional, coop. entre língua portuguesa e outras línguas nacionais, interparlamentar, econômica e empresarial, bilateral e multilateral, para as políticas de imigração etc.) e Doc18 (coop. regional, em telecomunicações, juvenil, defesa, etc.).

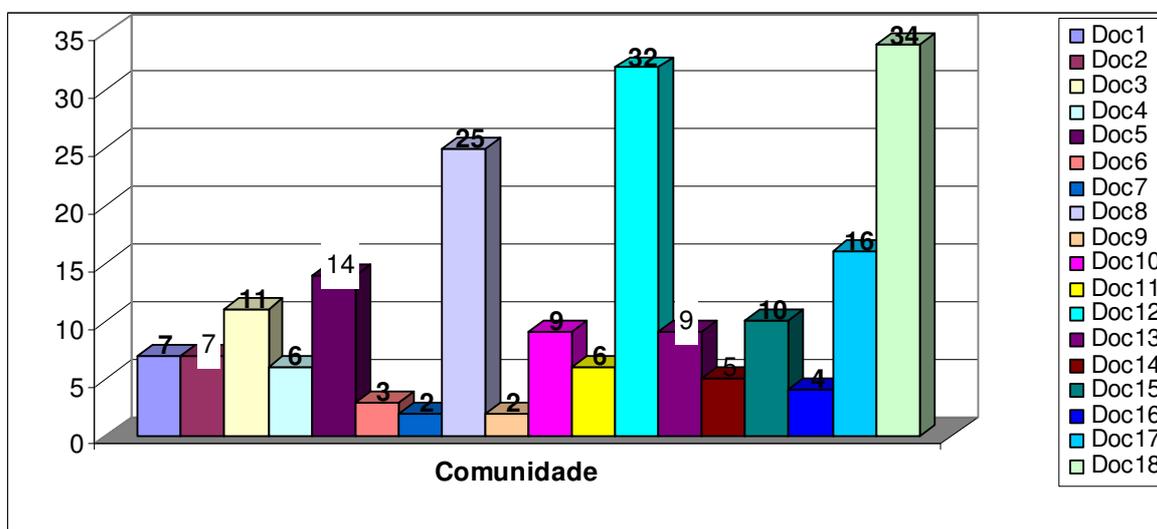
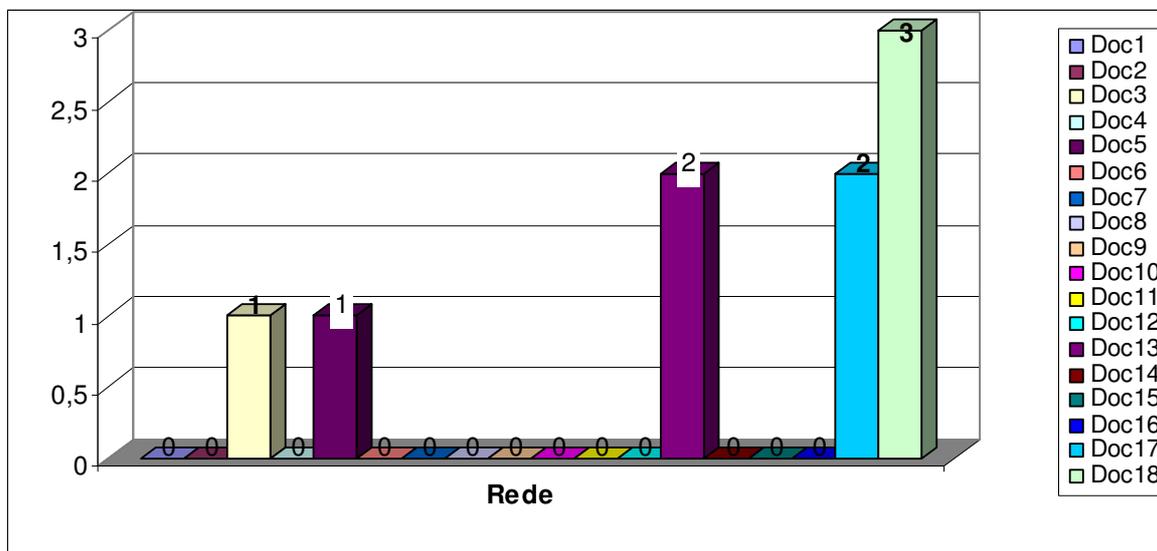


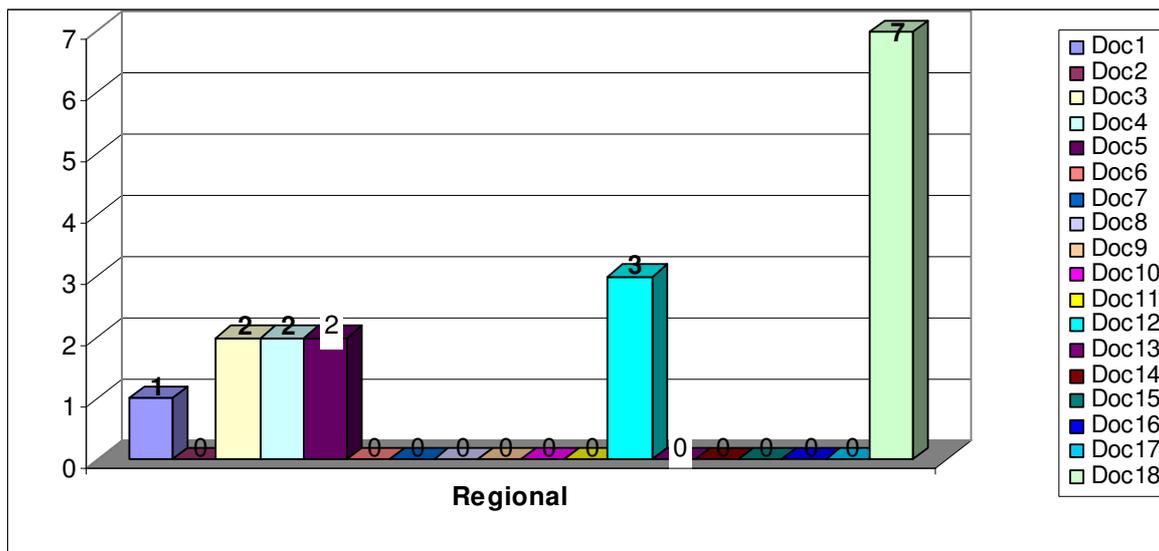
Gráfico XII – Comunidade

O termo Comunidade é exibido em grande número de fontes, perpassando todos os documentos, mas na quase totalidade para referenciar a sigla CPLP. Não no sentido de criação de laços de uma comunidade lusófona propriamente dita. Justamente por isso não tem uma taxa de incidência de zero.



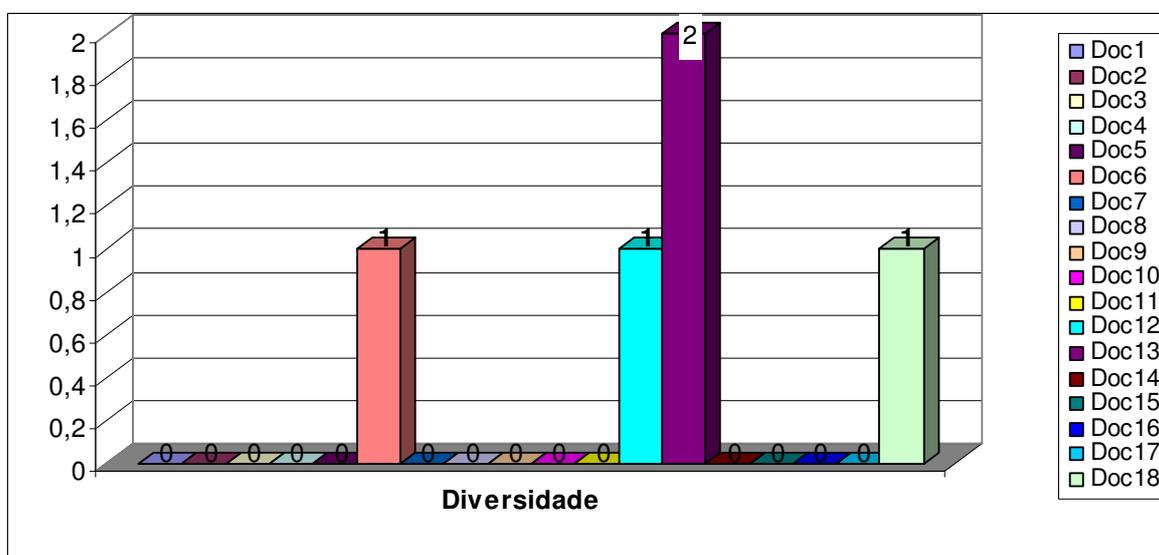
**Gráfico XIII – Rede**

No Doc3, o vocábulo Rede surge para mencionar a falta de acesso à rede na Guiné-Bissau e em São Tomé e Príncipe (STP), e no Doc5 referenciando rede de ensino à distância. No Doc13 fala-se de infra-estrutura e alcance de redes. No Doc17 o termo é empregado como necessidade de criação de uma rede de ensino e intercâmbio universitário e, no Doc18, enquanto rede lusófona, finalmente.



**Gráfico XIV – Regional**

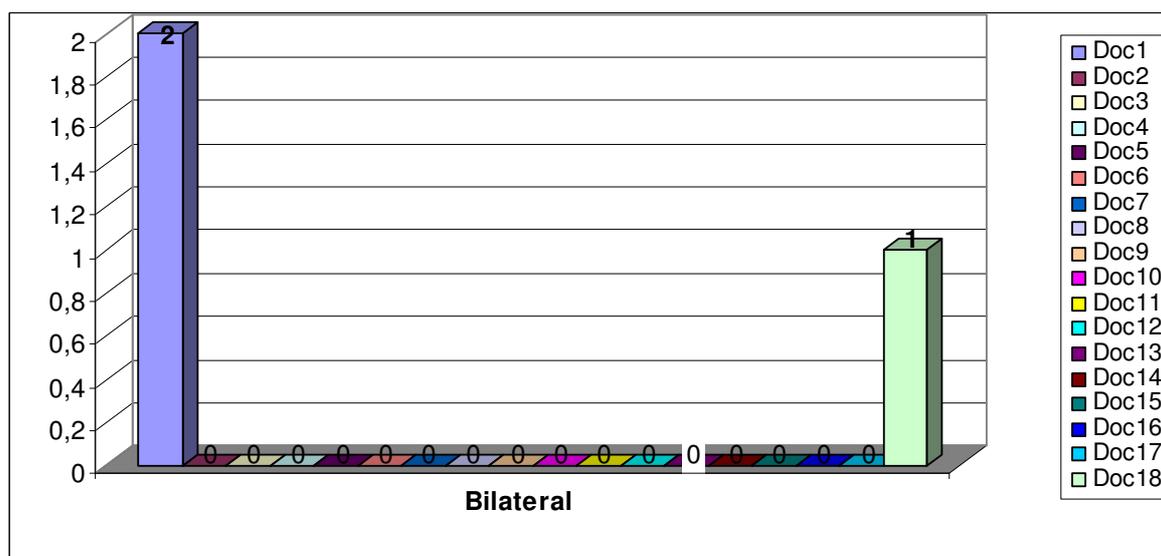
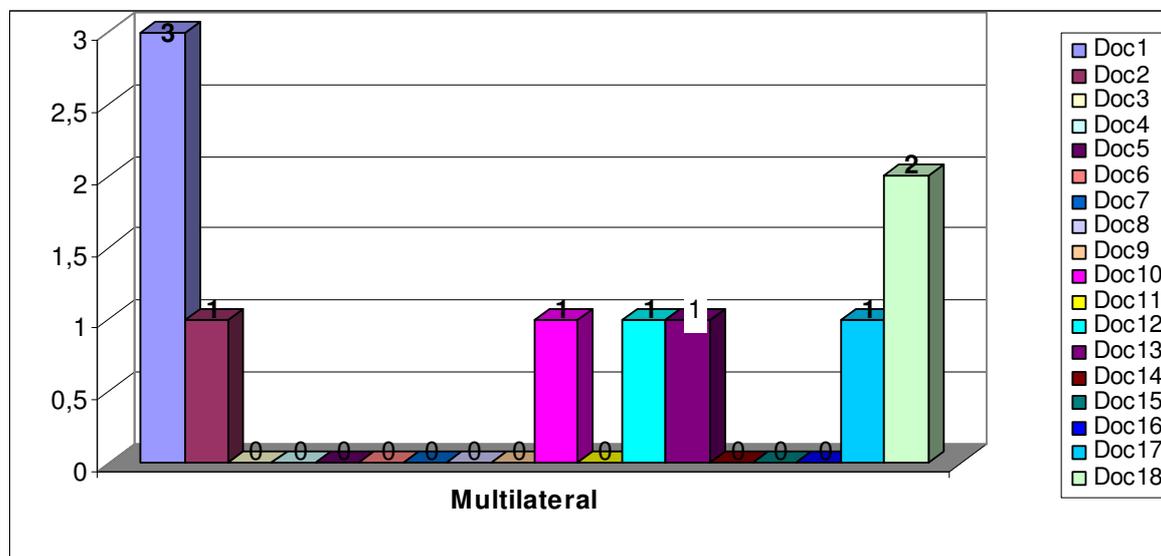
O termo Regional aparece com mais incidência no Doc18 (2006), talvez pela necessidade que tem surgido como requisito para inserção na sociedade da informação, que atenta mais para a valorização de políticas locais. Nos demais, não tem grande destaque.



**Gráfico XV – Diversidade**

A Diversidade, no entanto, é ainda pouco contemplada enquanto uma das maiores riquezas da CPLP, que parece não ter sido ainda descoberta enquanto potencial de atuação e

oportunidade de facultar a afirmação da lusofonia tornando-a funcional, ter o seu lugar no mundo. Nos 18 documentos analisados aparece apenas cinco vezes, o que, de algum modo, é do nosso ponto de vista preocupante e pode indiciar o caráter eurocêntrico no organismo.

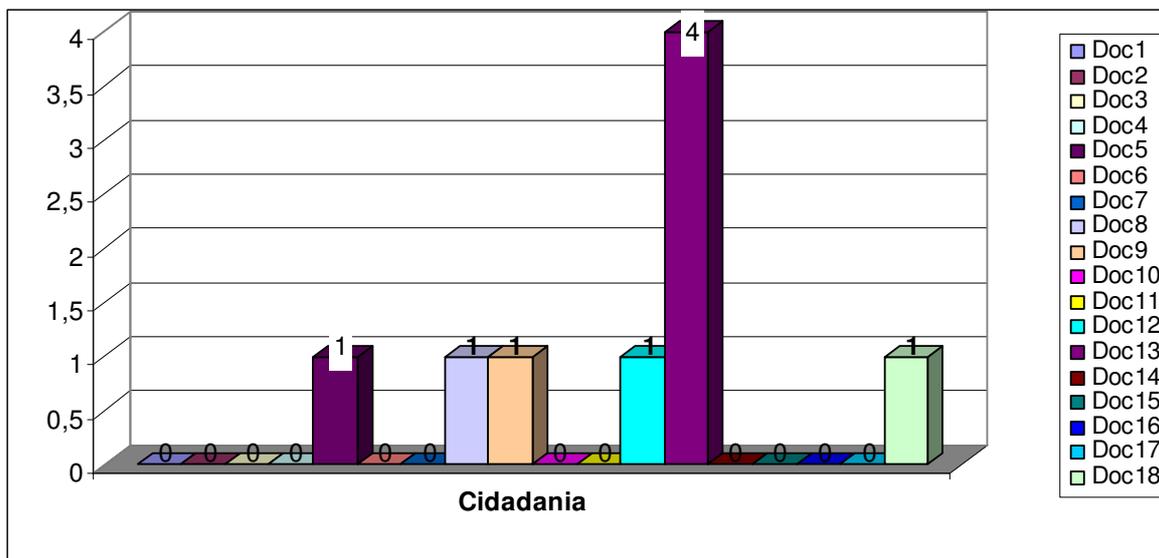


**Gráficos XVI e XVII – Multilateral e Bilateral**

Apesar de a incidência do termo Bilateral ser menor nos documentos do que a do vocábulo Multilateral<sup>7</sup>, a CPLP não tem uma atuação múltipla ainda, no contexto de suas ações. Isso

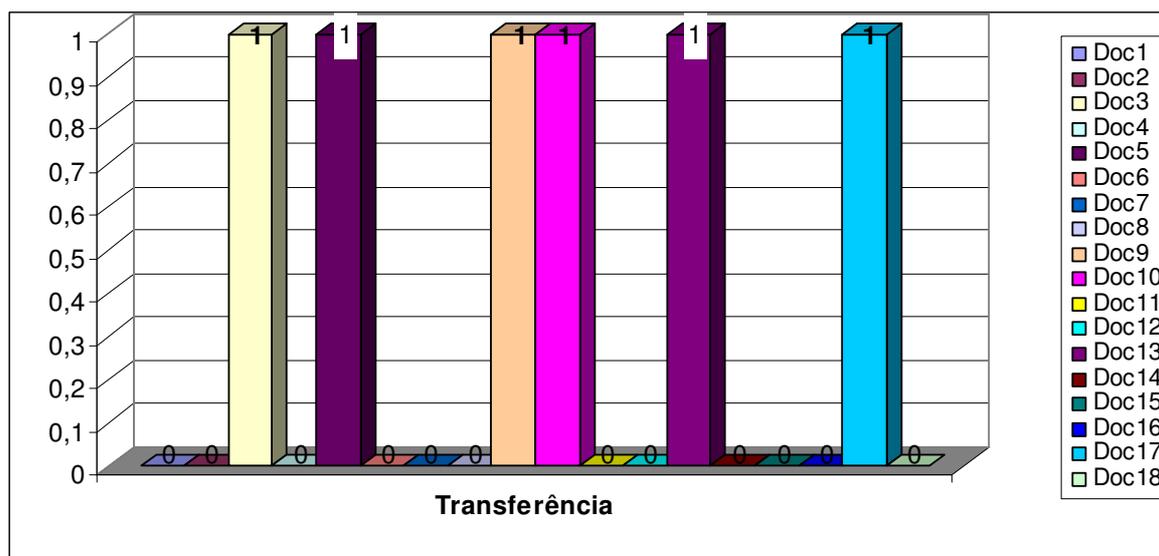
<sup>7</sup> Repetidamente têm sido feitas críticas à CPLP pelo fato de este organismo privilegiar a bilateralidade em vez da multilateralidade.

comprova que a multilateralidade é um valor ainda teórico. O maior exemplo disso foi a duração do “drama” da viabilização do Acordo Ortográfico, entre outras expressões episódicas, ou as ações que ao longo dos tempos foram sempre pensadas e executadas sem o escopo da totalidade. Isso também acontece pela falta de conhecimento mútuo dos países, o que gera um distanciamento e conseqüente isolamento.



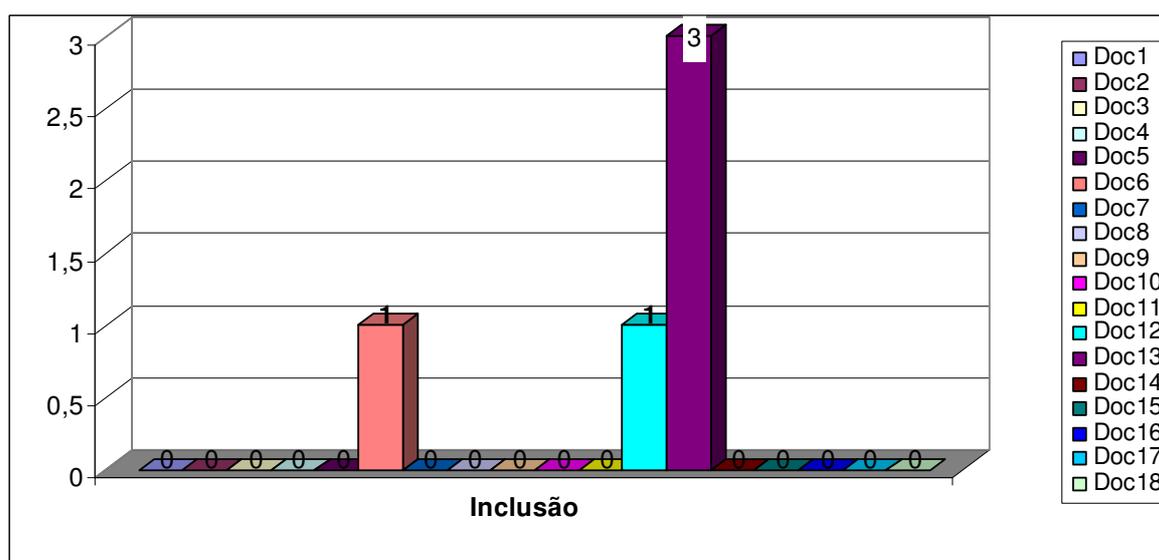
**Gráfico XVIII – Cidadania**

O termo Cidadania aparece com mais incidência no Doc13, que contempla a sociedade da informação. Caráter qualitativo, mas que se perde nos demais documentos e é retomado com apenas uma incidência no Doc18, o mais recente, de 2006. A cidadania lusófona é um conceito de extrema importância que também se faz muito pouco presente em tais documentos.



**Gráfico XIX - Transferência**

O termo Transferência, no que diz respeito à transferência tecnológica, tem muito pouca incidência no histórico das documentações vistas, tendo aparecido episodicamente.



**Gráfico XX - Inclusão**

O mesmo acontece com o termo Inclusão, que surge com mais relevância no Doc13, sobre sociedade da informação, no que diz respeito à inclusão digital, que também é social se acompanhada de processos educacionais. O vocábulo não é retomado, no entanto.

Os documentos analisados, em seu conjunto, demonstram um ápice de incidência dos termos que têm afinidade com esta pesquisa a partir de 2000, como consequência de seu tempo e do contexto de investimento em ambientes digitais. Sem anular a importância dos demais, o documento de maior relevância para esta investigação é o Doc13, que contempla a Sociedade da Informação.

As conclusões deste trabalho estão fragmentadas por vocábulo (palavra-chave), pois cada um apresenta sua particularidade e, o todo deles, comprova a falta de projeto prático para a CPLP entrar na sociedade do conhecimento, o que pode ser feito através de investimento em cultura digital (contemplando concertação político-diplomática, transferência tecnológica aliada a propostas de ensino, produção de conhecimento e intercâmbio de informação, assumindo-se como vetor de promoção do universo lusófono pelos Estados membros). De um modo geral, os documentos não registram ações concretas, focando mais no sentido de identificação de necessidades. Também não existe um plano para a inserção efetiva da CPLP em ambientes online e nem há um aproveitamento das potencialidades do tema na criação de uma comunidade virtual e tudo o que a cerca. Existe um processo de conscientização que já deveria estar em uma fase mais prática e não acontece, nem há previsão para tal acontecimento.

Estamos diante de transformações operadas no mundo globalizado que, de modo algum, podem ser negligenciadas. Sob o ponto de vista comunicacional, o retardar do processo de adaptação à mudança por parte da CPLP pode conduzir ao aumento da distância de seus membros entre si, e com relação ao sistema internacional. A falta de investimento em uma linguagem modernizante e de integração da diversidade enfraquece o desenvolvimento de estratégias para a consolidação de uma comunidade lusófona.

<b>Legenda dos Documentos dos Gráficos</b>
<b>Doc1</b> – Declaração Constitutiva da CPLP: Lisboa 1996.
<b>Doc2</b> – Protocolo de Cooperação entre o Secretariado Executivo da CPLP e o Fórum da Lusofonia: Lisboa, 1998.
<b>Doc3</b> – I Reunião Ordinária dos Pontos Focais de Cooperação da CPLP: Cascais, 1999.
<b>Doc4</b> – I Reunião Extraordinária dos Pontos Focais de Cooperação da CPLP: Maputo, 2000.
<b>Doc5</b> – Declaração de Maputo: Moçambique, 2000.
<b>Doc6</b> – Declaração sobre Cooperação, Desenvolvimento e Democracia na Era da Globalização: Maputo, 2000.
<b>Doc7</b> – Resolução sobre o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP): Maputo, 2000.
<b>Doc8</b> – Declaração de Brasília, 2002.
<b>Doc9</b> – Declaração sobre Governo Eletrónico: Brasília, 2002.
<b>Doc10</b> – Declaração sobre Paz e Desenvolvimento e o Futuro da CPLP: Brasília, 2002.
<b>Doc11</b> – Acordo do Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa: São Tomé, 2004.
<b>Doc12</b> – Declaração de São Tomé: São Tomé, 2004.
<b>Doc13</b> – Declaração sobre a Sociedade da Informação como Contributo para a Boa Governação e Transparência: São Tomé, 2004.
<b>Doc14</b> – Resolução sobre a Promoção e Difusão da Língua Portuguesa: São Tomé, 2004.
<b>Doc15</b> – Resolução sobre a Sociedade Civil: São Tomé, 2004.
<b>Doc16</b> – Resolução sobre os Embaixadores de Boa Vontade da CPLP: São Tomé, 2004.
<b>Doc17</b> – Declaração sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – Desafios e Contribuição da CPLP: Bissau, 2006.
<b>Doc18</b> – Declaração de Bissau: Bissau, 2006.

## **Impressões digitais**

Coloquei minha língua no scanner  
Para criar meu verbo digital  
Zipei num e-mail  
Comprimi a memória visual  
Transmiti feito vírus  
Meu pensamento sem palavra

Ninguém entendeu  
A língua morta  
Desarticulada  
Músculo imóvel  
Sem dor

Do sistema nervoso central  
Ao computador  
Tecnologia sem letra  
É escrita em papel e caneta

Da minha língua  
Vejo o mar tecnológico  
Desdobrada em fios  
Eletrodos e sílabas navegantes

(Por Patrisia Ciancio)

## Principais referências bibliográficas

Castells, Manuel e Himanen, Pekka (2002). *El estado Del bienestar y a la sociedad de la información – el modelo Finlandês*. Alianza Editorial, Sintra.

*Comunidade (A) dos Países de Língua Portuguesa*, Coord. Adriano Moreira, Coimbra, Almedina, 2001.

Conceição, Joaquim Paulo (2006). *O português como veículo de inserção cultural e comunicacional no mundo globalizado*, In: Martins, Moisés de Lemos et al. *Comunicação e Lusofonia – para uma abordagem crítica da cultura e dos media*, Lisboa, Campo das Letras.

Cristóvão, Fernando et al. (2006). *Dicionário Temático da Lusofonia*. ACLUS – Texto Editores.

Diop, Majhemout (1958). *Problèmes politiques em Afrique Noire*. Présence Africaine, Paris.

Estatuto Jurídico da Lusofonia (2002). *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra – STVDIA IVRIDICA*, 68, Colloquia – 10, Coimbra, Coimbra Editora.

## Links relacionados

Couto, Mia. Desmistificando a idéia de lusofonia. [Em linha]. Disponível em (<http://www.jornalnoticias.co.mz/pls/notimz2/berwsea0.simples> [consultado em março de 2008]

Wikipédia. Definição de Comunidade Virtual. [Em linha]. Disponível em [http://pt.wikipedia.org/wiki/Comunidade\\_virtual](http://pt.wikipedia.org/wiki/Comunidade_virtual). [Consultada em 30/11/2007].

[www.cplp.org](http://www.cplp.org)

<http://technorati.com>

**Documentos da CPLP: [www.cplp.org](http://www.cplp.org). [Em linha]. [Consultados em Agosto de 2007]**

Declaração Constitutiva CPLP: Lisboa 1996

<http://www.cplp.org/docs/estrutura/CCEG/Declaração%20Constitutiva%20da.pdf>

Protocolo de cooperação entre o Secretariado Executivo da CPLP e o Fórum da Lusofonia: Lisboa, 1998

<http://www.cplp.org/docs/documentacao/PROTOCOLO%20DE%20COOPERA%C3%87%C3%83O%20Forum%20da%20Lusofonia.pdf>

I Reunião Ordinária dos pontos focais de cooperação da CPLP: Cascais, 1999

<http://www.cplp.org/docs/estrutura/1a%20reunião%20dos%20PFC%20relatorio%20final.pdf>

I Reunião Extraordinária dos pontos focais de cooperação da CPLP: Maputo, 2000

<http://www.cplp.org/docs/estrutura/RPFC/1a%20R%20Extraord%20PFC.pdf>

Declaração de Maputo: Moçambique, 2000

<http://www.cplp.org/docs/estrutura/CCEG/DECLARAÇÃO%20DE%20MAPUTO.pdf>

Declaração sobre "cooperação, desenvolvimento e democracia na era da globalização": Maputo, 2000

<http://www.cplp.org/docs/estrutura/CCEG/DECLARAÇÃO%20SOBRE%20COOP%20Maputo%202000.pdf>

Resolução sobre o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP): Maputo, 2000

<http://www.cplp.org/docs/estrutura/CCEG/RESOLUÇÃO%20SOBRE%20O%20IILP%20Maputo%202000.pdf>

Declaração de Brasília: Brasília, 2002

<http://www.cplp.org/docs/estrutura/CCEG/DECLARAÇÃO%20DE%20BRASÍLIA.pdf>

Declaração sobre o Governo Eletrónico: Brasília, 2002

<http://www.cplp.org/docs/estrutura/CCEG/DECLARAÇÃO%20SOBRE%20O%20GOVERNO%20ELECTRÔNICO.pdf>

Declaração sobre paz e desenvolvimento e o futuro da CPLP: Brasília, 2002

<http://www.cplp.org/docs/estrutura/CCEG/DECLARAÇÃO%20SOBRE%20PAZ%20E%20DESENVOLVIMENTO%20E%20O%20FUTURO%20DA%20CPLP.pdf>

Acordo do segundo protocolo modificativo ao Acordo Ortográfico da língua portuguesa: São Tomé, 2004

<http://www.cplp.org/docs/estrutura/CCEG/Acordo%20o%20Protocolo%20Modificatv%20Acordo%20ortogr%20LP.pdf>

Declaração de São Tomé: São Tomé, 2004

<http://www.cplp.org/docs/estrutura/CCEG/Declaração%20final%20Aprovada.pdf>

Declaração sobre a sociedade da informação como contributo para a boa governação e transparência: São Tomé, 2004

<http://www.cplp.org/docs/estrutura/CCEG/Declaração%20sobre%20a%20sociedade%20de%20informação%20como%20contributo.pdf>

Resolução sobre a promoção e difusão da língua portuguesa: São Tomé, 2004

<http://www.cplp.org/docs/estrutura/CCEG/Res%20sobre%20a%20prom%20e%20dif%20da%20LP.pdf>

Resolução sobre a sociedade civil: São Tomé, 2004

<http://www.cplp.org/docs/estrutura/CCEG/Res%20sobre%20a%20soc%20civil.pdf>

Resolução sobre os embaixadores de boa vontade da CPLP: São Tomé, 2004

<http://www.cplp.org/docs/estrutura/CCEG/Res%20sobre%20os%20emb%20de%20boa%20vontade.pdf>

Declaração sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio: Desafios e Contribuição da CPLP: Bissau, 2006

<http://www.cplp.org/docs/estrutura/CCEG/Declaração%20ODM-Desafios%20e%20contribuições%20da%20CPLP.pdf>

Declaração de Bissau: Bissau, 2006

[http://www.cplp.org/docs/estrutura/CCEG/Declaração\\_Bissau.pdf](http://www.cplp.org/docs/estrutura/CCEG/Declaração_Bissau.pdf)